

## Da sua origem à emancipação: premissas do movimento cooperativista na Itália

From its origin to emancipation: premises of the cooperative movement in Italy

Candida Joelma Leopoldino<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Instituto Federal do Paraná - IFPR. [canjl@hotmail.com](mailto:canjl@hotmail.com)

### RESUMO

O presente estudo tem por objetivo principal demonstrar e contextualizar de forma inicial e internacional o desenvolvimento do cooperativismo na Itália, desde o *ottocento*, sua passagem pelas duas Guerras Mundiais até o aprimoramento da cooperação (e conseqüente cooperativismo) na Itália até a atualidade, bem como apresentar o desenvolvimento e a sua destacada importância econômica naquele país. Inicialmente, ao estabelecer estudos sobre os elementos fundadores do cooperativismo, em especial seu desenvolvimento no cenário econômico internacional, observou-se que, dada a realidade contemporânea e as mudanças estruturais no centro das relações sociais e econômicas, a da sociedade cooperativa (da forma como pensada desde o seu surgimento naquele país), precisava ser analisada desde a sua origem e destacar a raiz do fenômeno cooperativo está longe de ser somente uma iniciativa de narrativa histórica, mas sobretudo, ancorá-lo de forma anterior e incontestável com a definição dos elementos teóricos e marcos fundamentais, em especial sobre o papel fundamental da própria cooperação em si, nos valores cívicos que carrega e no seu potencial emancipador.

**Palavras-chave:** cooperativismo, economia, início, Itália, surgimento.

## ABSTRACT

---

The main objective of this study is to demonstrate and contextualize, in an initial and international way, the development of cooperativism in Italy, from the *ottocento*, its passage through the two World Wars to the improvement of cooperation (and consequent cooperativism) in Italy until today, as well how to present development and its outstanding economic importance in that country. Initially, when establishing studies on the founding elements of cooperativism, especially its development in the international economic scenario, it was observed that, given the contemporary reality and structural changes in the center of social and economic relations, that of the cooperative society (as thought since its emergence), it needed to be analyzed from its origin and highlighting the root of the cooperative phenomenon is far from being just an historical narrative initiative, but above all, anchoring it in an earlier and undisputed way with the definition of the theoretical and fundamental milestones, especially on the fundamental role of cooperation itself, in the civic values it carries and in its emancipatory potential.

**Keywords:** cooperativism, economy, beginning, Italy, emergence.

## 1. INTRODUÇÃO

Cooperar é trabalhar de forma sincronizada em busca do mesmo objetivo; sua prática educa desenvolvendo nas pessoas um senso participativo, humano e solidário. Nesse sentido, do cooperativismo foi preciso voltar-se para a cooperação e dela retornar.

Observa-se, outrossim, que o estudo de seus contornos sociais e econômicos, também se revelam importantes para a definição do papel atual do jogo de atores que envolvem o cooperativismo e suas novas interpretações no século XXI.

Desta forma, ao tratar sobre novos (e velhos) caminhos percorridos pela economia e pela organização do trabalho no formato e especificidades atuais, destaca-se a necessária reinvenção das relações econômicas, baseadas especialmente pela retomada da cooperação, senso de coletividade, democracia e autogestão, sempre presentes na cultura cooperativista.

Diante disso, buscar-se-à aqui demonstrar o fortalecimento de valores sociais por meio de percurso exploratório-descritivo sobre o desenvolvimento do cooperativismo, bem como o apontamento do movimento em si com repercussões

no cenário econômico mundial, mais especificamente na Itália, sinalizando seu papel nos primeiros passos do movimento mundial. O que se observa, preliminarmente, é que, destacar a raiz do fenômeno cooperativo está longe de ser somente uma iniciativa de narrativa histórica, mas, sobretudo, ancorá-lo também de forma anterior e incontestável com os elementos e princípios que o compõe.

Para tanto este trabalho foi dividido em três partes, as quais tratarão do cooperativismo no país italiano desde meados do século XIX até a atualidade.

O primeiro item tem por escopo analisar a origem e a repercussão mais pormenorizada do cooperativismo na Itália, com a definição dos elementos teóricos e marcos fundamental, desde sua origem. Na sequência, a partir dos primeiros anos do século XX, tratar-se-á dos passos do movimento cooperativista e das sociedades cooperativas, as quais passando pelas duas grandes Guerras Mundiais e quase colapsando em sua totalidade, ressurgiram.

Por fim, aproximando-se da realidade contemporânea, próximo aos anos 80 até a atualidade, tratar-se-á do aprimoramento da cooperação (e conseqüente cooperativismo) na Itália atual, mostrando-se complementar ao mercado e altamente presente em todo o país. É difícil pensar na Itália sem lembrar ou viver alguma experiência com o cooperativismo, em suas mais diversas formas, em especial porque o país vê na cooperação uma inspiração e um valor cívico de emancipação e rebelião.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O movimento cooperativista na Itália: da sua origem à emancipação: até o início do novecentto

Ao realizar uma reflexão histórica do movimento cooperativo na Europa e do desenvolvimento operário é sempre constante e indubitável ter como ponto de principal referência a Inglaterra, berço, sobretudo, da Revolução Industrial.

E assim o é por duas razões<sup>1</sup>: primeiro porque foi nela que se originou tal sistema de produção que assinalou uma nova fase das relações sociais e econômicas, e segundo porque, além da origem do sistema cooperativo, também deu corpo às incipientes iniciativas de organizações autônomas da classe operária, com representantes sindicais e por cooperativas.<sup>2</sup>

A Revolução Industrial, dessa forma, iniciada na Inglaterra e no sul da Escócia<sup>3</sup> (no final do século XVIII), é o período em que se toma por referência oficial. Como se verá, ela marca o início “[...] *di un vero e proprio cambiamento delle modalità di produzione, segnando il passaggio dall’artigianato all’industria ed influenzando profondamente l’evoluzione della sociologia e delle scienze economiche*”<sup>4</sup>.

O Estado passou a controlar o avanço do capitalismo moderno, ocasião em que ocorreu um crescimento acirrado da classe proletária, que estava sujeita ao controle e às condições de trabalho impostos pelos capitalistas. Os trabalhadores, então, em virtude de reiterados excessos do sistema, passaram a se agrupar em prol da solidariedade e ajuda mútua<sup>5</sup> e descobriram que, conservando a propriedade privada, sem intervenção direta do Estado na ordem econômica, seria possível obter melhores condições de vida econômica através da cooperação entre eles.

---

<sup>1</sup> FABBRI, 2011, p. 19.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>3</sup> SHAFFER, 1999, p. 63.

<sup>4</sup> VELLA, 2010, p. 23. ... uma verdadeira mudança no modo de produção, marcando a transição do artesanato à indústria e afetando profundamente a evolução da ciência econômica. (tradução livre)

<sup>5</sup> FURQUIM, 2001, p. 22; NAMORADO, 1995, p. 8.

As transformações gerais advindas da própria Revolução Industrial provocaram, especificamente, em cada país europeu um determinado resultado histórico e foram tão percebidas de tal forma que Robert Owen supôs, desde 1815, que a difusão geral das manufaturas em todo os países gerou uma característica entre seus habitantes. (tradução livre)<sup>6</sup>.

No mesmo viés mister destacar que os modelos interpretativos mais originais e completos da história econômica europeia assinalam para uma perspectiva cultural, um processo dinâmico nos últimos 250 anos da história, responsável pela elaboração de ritmos culturais, inovações técnicas e tecnológicas, considerada por Hobsbawn a transformação mais fundamental da vida humana ao longo da história universal passada de documentos escritos (tradução livre).<sup>7</sup>

A ideia da cooperativa era promover uma ampla mudança estrutural que pudesse resultar em melhores condições de trabalho para os proletários. Só restava a eles o emprego nas indústrias, no comércio e na agricultura, sob condições sub-humanas de trabalho, com jornadas de até dezessete horas diárias e remuneração não condizente. Destaca Vella que a Sociedade de Rochdale teve como resultado satisfazer as necessidades do mercado, em vez de uma experiência original nascida da necessidade de resolver os problemas da classe operária. A escola de pensamento inglês pensou ter visto, portanto, na cooperação e nas cooperativas um complemento à empresa de tipo capitalista e, em seguida, mais um segmento da produção e um potencial instrumento de compensação do mais competitivo mercado de capitais (tradução livre).<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> FABBRIO, 2011, p.19, citando R Owen. “[...]Robert Owen intuì, fin dal 1815, che la diffusione generale delle manufatture in tutto il paese [aveva] genera [to] un novo carattere nei suoi abitanti.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 20... “[...] la più fondamentale trasformazione della vita umana in tutta la storia universal tramandata da documenti scritti”.

<sup>8</sup> VELLA, 2010, p. 30. “La Rochdale Society [...] fu dunque il risultato per il soddisfacimento dei bisogni di mercato piuttosto che una esperienza originale, che nasceva dalla necessità di risolvere i problemi della classe operaia, ossia con l’obiettivo di difendere il valore reale dei salari e di migliorare le condizioni economiche e sociali dei lavoratori. La scuola di pensiero inglese vedeva, quindi, nella cooperazione e nelle cooperative un complemento all’impresa di tipo capitalistico e quindi un ulteriore segmento produttivo ed un potenziale strumento di compensazione del più competitivo mercato dei capitali.”

Tal modelo de trabalho cooperativo criado em *Rochdale* (Inglaterra) foi surpreendente e sua disseminação muito rápida. O crescimento da cooperativa se deu em vários aspectos, não só proporcionando melhoria econômica a seus associados, como também educacional e cultural<sup>9</sup>.

A partir da fecunda experiência ocorrida poucos anos antes em *Rochdale*, o modelo cooperativista começa a se difundir em toda a Europa, inclusive na Itália, destacando-se, nesse país, especialmente, algumas peculiares que o distingue de outros países europeus.

De início, Vera Zamagni<sup>10</sup> elenca basicamente três características fundamentais do movimento cooperativista na Itália. In *primo luogo*, diferentemente do proposto pelos princípios da Aliança Cooperativa Internacional (organismo internacional máximo do cooperativismo criado em 1895), em que deveriam ser evitadas discriminações e perseguições, nesse país não foi um movimento neutro, apolítico ou areligioso.

Na Itália, havia a propensão ao cooperativismo em grande parte da população, multiplicando a inspiração ideal do movimento e cobrindo-o com um aspecto político, de tal modo a impedir que o próprio fascismo<sup>11</sup> terminasse com a cooperação.

Uma segunda característica originária do movimento na Itália seria uma consequência da multiplicidade de inspirações ideológicas, em razão de um vasto enraizamento no território do país, devido a riqueza de propostas e de práticas que o movimento podia oferecer. Existiam, e ainda permanecem, os mais diversos tipos de cooperativas no país, umas, por óbvio, mais fortes que as outras, dependendo, sobretudo, da diversa capacidade empreendedora do contexto e das diversas oportunidades. Zamagni lembra que nesse país não existe nada comparado à

---

<sup>9</sup> BENATO, 1995, p. 8.

<sup>10</sup> ZAMAGNI, 2006, p. 1.

<sup>11</sup> Movimento político italiano fondato nel 1919 da B. Mussolini, giunto al potere nel 1922 e rimasto al governo dell'Italia fino al 1943 (Disponível em: <http://www.treccani.it/enciclopedia/fascismo/>. Acesso em 30 de junho de 2020). Mais especificamente sobre a relação entre o Cooperativismo e o Facismo, verificar Item 2. deste estudo.

experiência de *Mondragón*, uma área incrustada do território espanhol, na qual toda a atividade econômica do local é cooperativa<sup>12</sup>.

Por fim, *la terza* característica diz respeito à forma coesa como se relacionam as centrais cooperativas na Itália<sup>13</sup>, as quais agrupam as sociedades com as mesmas inspirações e ideais. Com isso se deriva a capacidade de fusão, que levou ao crescimento das cooperativas e a uma propensão para a identificação e fortalecimento das cadeias de abastecimento, a fim de produzir energias capazes de aumentar a produtividade e competitividade no mercado. É em função dessas três características que, nestes últimos 30 anos, Vera Zamagni descreve que “[...] *si è fatta largo sulla scena economica italiana con una forza inaspettata*”<sup>14</sup>, tendo ela atravessado várias fases alternadas, mas sem nunca desaparecerem na totalidade.

Dessa feita, percorrer qualquer fase no movimento cooperativo na Itália é verificar a passagem de uma cooperação reativa a uma interatividade nacional, diversas respostas aditivas a dinâmica dos mercados, o papel do Estado e dos participantes políticos na origem e desenvolvimento de seu movimento.

Outrossim, já na primeira metade do século XIX, o movimento operário se organizou na forma de associações de cooperação, colocando-se no terreno do empreendimento comercial, da concorrência e do mercado e a coletividade aceitou em participar do risco e das regras, iniciando um intenso debate no interior das associações sobre a admissibilidade de tais estruturas do tipo cooperativo.

Nesse período, o movimento cooperativo italiano vê a luz para um desastre social e econômico para as classes populares. As primeiras cooperativas surgem como ferramentas de autodefesa, não só contra os empregadores, mas também para negar o processo emigratório. O movimento cooperativo estava entrelaçado com as experiências das sociedades de socorros mútuos, produção e de crédito, buscando

---

<sup>12</sup> ZAMAGNI, 2006, p. 3.

<sup>13</sup> Atualmente são 4 as centrais cooperativas em ação na Itália, a saber: a) LEGACOOOP (Lega Nazionale delle Cooperative), b) CONFCOOPERATIVE (Confederazione Cooperative Italiane), c) A.G.C.I. (Associazione Generale delle Cooperative Italiane) e d) U.N.C.I. (Unione Nazionale Cooperative Italiane).

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 2. ... Ela fez o seu caminho no cenário econômico italiano com uma força inesperada. (tradução livre)

incorporar os trabalhadores, especialmente no momento do consumo. Observa-se, deste modo, que algumas dessas cooperativas, em particular, as de produção, foram decorrentes de greves de trabalhadores, para evitar que outros pequenos agricultores ficassem nas mãos de agiotas, mas sem esquecer das promessas de setores importantes da burguesia italiana.<sup>15</sup>

Mais pontualmente, com relação ao primeiro núcleo cooperativo italiano, há certa divergência da sua exatidão, mas todos datados muito próximos e que muito provavelmente ocorreram de forma simultânea em diferentes locais do país.

Observa-se, entretanto, que desde o início, e pelo menos até a segunda guerra mundial, o movimento cooperativo italiano mantém juntos diferentes ânimos político, fator que auxiliou no seu surgimento, no desenvolvimento e na manutenção em seu território. Por esse motivo, Zamagni<sup>16</sup> assevera que a primeira experiência nos moldes cooperativistas ocorreu a partir da segunda metade do século XIX em uma *Società di Mutuo Soccorso*, prevalentemente de inspiração laico-liberal, com forte influência do pensamento de Giuseppe Mazzini.

Para essa pensadora, as cooperativas eram uma forma de desenvolver uma sociedade de produtores livres, superando, assim, as contradições entre capital e trabalho e a cooperação era um princípio geral de organização social a ser desenvolvido em "*un'unica mano*"<sup>17</sup>.

A difusão da ideia do movimento cooperativo italiano contou com o apoio de expoentes de prestígio como o acima citado Giuseppe Mazzini, mas também por expoentes do socialismo como Andrea Costa, os quais tendiam a inserir a cooperação num contexto mais geral de movimento político e sindical de emancipação dos trabalhadores. Um liberal *giolittiano*<sup>18</sup> como Luigi Luzzatti, tido por muitos como o pai da cooperação italiana em especial no que se refere às cooperativas posteriormente

---

<sup>15</sup> SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 46.

<sup>16</sup> ZAMAGNI, 2006, p. 1.

<sup>17</sup> FRAU, 2010, p. 11.

<sup>18</sup> FRAU, 2010, p. 14-16. Sobre Giolitti ver mais no item



ditas como “de crédito”, considerava-a com uma forma de inserção não conflitual das classes subalternas em nível de desenvolvimento econômico.

Já de acordo com Frau<sup>19</sup>, tem-se que a primeira instituição nos moldes cooperativistas ocorreu com o *Magazino di Previdenza di Torino*, em 1854, pela iniciativa da Associação Geral dos Operários (*Associazione Generale degli Operai*), que mais tarde assumiria a denominação de Aliança Cooperativa Torinense (*Alleanza Cooperativa Torinese*). Ela foi criada para dar resposta, com base no princípio de solidariedade, ao problema imediato e particular do desemprego e do aumento do custo de vida. Benato<sup>20</sup>, por seu turno, destaca que a partir de 1864, surgiram as cooperativas de crédito, sendo que, dessas, a primeira se chamou de Banco Popular Luzzatti. Seu fundador, Luigi Luzzatti<sup>21</sup>, que aceitara a ajuda estatal, descendia de uma rica família israelita, tinha como lema: “*Ajuda-te, Deus e o Estado te ajudarão*”.

Essas pluralidades conceituais serviram para dar ao movimento cooperativo italiano a correspondente inspiração política e ideológica, o que ficou demonstrado no outono de 1886, quando 100 representantes de 248 sociedades cooperativas e de setenta mil sócios se reuniram num Congresso em Milão, de 10 a 13 de outubro, para dar vida à Federação Nacional das Cooperativas, sete anos mais tarde, transformada em Liga das Cooperativas (*Legacoop*), existente até hoje<sup>22</sup>.

A Lei nº 6216, de 11 de julho de 1889 (sobre a contabilidade geral do Estado italiano) no seu artigo 4 remete pela primeira vez às cooperativas de produção e de trabalho, num contexto de forte crise ocupacional, em um mercado de trabalho urbano chocado com a onda de trabalhadores desocupados, o então Ministro do Tesouro Giolitti, motivando a escolha do governo manifestou-se afirmando que as cooperativas poderiam ter um grande futuro porque tendiam a obter uma alocação

---

<sup>19</sup> Ibidem, p. 14-16; FABBRI, 2011, p. 25.

<sup>20</sup> BENATO, 1995, p. 8.

<sup>21</sup> Luigi Luzzatti foi, por muitos autores, considerado o pai da cooperação italiana no século XIX, e por ocasião do VII Congresso da Aliança Cooperativa Internacional delineando a especificidade do caso italiano, que mais do cooperativismo de consumo e de produção artesanal, as sociedades de trabalhadores e bancas populares, propunha uma locação coletiva, crédito agrário, consórcios agrários e caixas populares, uma vez que a assistência e tutela dos estratos menos ricos, nas cidades e zonas periféricas industriais, estavam em crise ou a margem. (In: BRAGADIN, 2005, p. 3, citando Guido Bonfante).

<sup>22</sup> FABBRI, 2001, p. 44.

justa de “frutos” do trabalho, na remoção da luta entre capital e trabalho, levando gradualmente o trabalhador a possuir o capital necessário para tornar seu trabalho mais produtivo (tradução livre).<sup>23</sup>

Para a mesma autora é destacado ainda que há ainda um segundo núcleo ligado ao desenvolvimento do socialismo, do comunismo e também do catolicismo no campo social, já que a grande tradição de inspiração católica é baseada em uma forte solidariedade social. Sacchetto e Semenzin<sup>24</sup>, por sua vez, dividem esse segundo núcleo em duas orientações: uma de caráter socialista, a qual via nas cooperativas uma ferramenta para defender e organizar a classe trabalhadora, sem olvidar aqui da tentativa de apoio dada parte da burguesia liberal, a fim de reafirmar sua hegemonia na sociedade italiana. E a outra orientação seria a advinda dos católicos, especialmente depois da publicação, em 1891, pela *Encíclica Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, considerado texto fundador da doutrina católica moderna da Igreja, a qual destacava a situação da classe trabalhadora operária, defendendo seus direitos e opondo-se ao socialismo.<sup>25</sup>

Frau<sup>26</sup> defende que, com o passar dos anos, os princípios iniciais de inspiração foram se dissolvendo, seja em razão da atuação hegemônica de dois partidos históricos de esquerda, o PCI (Partido Comunista Italiano) e o PSI (Partido Socialista Italiano), seja pelo desenvolvimento de cooperativas sempre maiores e governadas pela restrita casta oligárquica política, buscando o lucro a todo custo nos vários ramos da economia. São nesses anos que aparecem, além do primeiro hipermercado, financeirização de todo o sistema Unipol de Seguro, Unipol Banco e outros instrumentos similares.

---

<sup>23</sup> BONFANTE; CIUFFOLETTI; SAPELL, 1981, p. 32. [...] le cooperative possono avere un grande avvenire perche tendono a ottenere un equo riparto degli utili dal lavoro, a togliere in molti casi la lotta fra il capitale e la manodopera e a condurre gradatamente l'operaio al possesso di quel capitale che gli è necessario per rendere più produttiva l'opera sua.

<sup>24</sup> SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 46.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>26</sup> FRAU, 2010, p. 17.

Da mesma forma,, Bragadin <sup>27</sup> posiciona-se afirmando que somente depois do nascimento do Partido Socialista Italiano em 1892 e a inclusão da coletividade de inspiração católica no processo de resistência social e na vida política do país, o movimento cooperativo adquiriu uma característica de massa.

Não obstante, no início do século XX, da construção do Instituto de Crédito das Cooperativas, organismo de ainda influência regional (com sede em Milão), e em 1913 do Instituto Nacional de Crédito, a sociedade cooperativa, aliada à acentuada legalização do movimento no período, não conseguiu superar a forte setorialização e isolamento vertical e horizontal, demonstrando sua pouca, quando não inexistente capacidade de influir na dinâmica dos mercados que alcançou.

De um relato cronológico<sup>28</sup>, tem-se ainda que, muito pouco tempo depois das primeiras iniciativas cooperativas italianas, em outubro de 1903, foi realizado em Gênova o XIII Congresso de Cooperados italianos momento em que, pela primeira vez, foram finalmente lançados, em folhetos e gráficos, os dados das primeiras estatísticas das cooperativas italianas (2199 empresas, mais 560.000 membros, um montante de mais de 577 milhões de negócios por ano), mostrando a força do incipiente e inexperiente cooperativismo do país.

### **3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

#### **3.1 Desenvolvimento e ideologia do movimento: das guerras aos anos oitenta**

Os primeiros anos do século XX e até a Primeira Guerra Mundial marcaram o fortalecimento do movimento cooperativo italiano, graças às mudanças políticas que visavam devolver processos constitucionais do proletariado e democratizar as estruturas de poder político italiano.

---

<sup>27</sup> BRAGADIN, 2005, p. 49.

<sup>28</sup> FABBRI, 2011.

É de se reconhecer que muitos historiadores consideram esses primeiros quinze anos do séc. XX na Itália como a *era, idade ou período giolittiano*, referenciando-se ao político liberal democrata chamado Giovanni Giolitti.

Ocorre que, muito embora sua atuação política tenha sido por muitos contestada, a verdade é que Giovanni Giolitti, um político da esquerda do Partido Liberal, durante seus cinco mandatos como presidente do Conselho dos ministros (cargo que se assemelhava ao do atual Primeiro ministro) (entre o final do sec. XIX e breve início do sec. XX), buscou a ampliação da base democrática italiana e também a modernização da economia do país, em especial no setor industrial. A prosperidade italiana do período e a legislação que se mostrava cada vez mais favorável, beneficiou também o próprio movimento cooperativo, o qual apresentou um crescimento considerável.

As tensões relacionadas a conflitos militares, de guerras coloniais e, em particular, pela agressão contra a Líbia em 1911, mudaram a atitude do movimento cooperativo de uma posição neutra para uma colaboração aberta com as forças do governo, desejando intervir na Guerra Mundial. O movimento cooperativo tem, portanto, o consentimento dos sindicatos e partidos políticos e podem contar com empréstimos a bancos e algum apoio do governo nacional.<sup>29</sup>

Por outro lado, no mesmo período, com o advento de um forte dirigismo estatal, durante o primeiro conflito mundial e superada a fase liberal burguesa, dá um novo vigor ao setor de aquisição e serviços públicos e em 15 de agosto de 1915 é constituída na Itália a Comissão Nacional das Cooperativas de Trabalho.

Dois anos mais tarde, foi criada a Federação Nacional das Cooperativas de Produção e de Trabalho, com sede em Roma, na tentativa manter a interação já existente entre os cooperados, afirmando-se tanto administrativamente como politicamente.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 47.

<sup>30</sup> BRAGADIN, 2005, p. 57.

No final da *Primeira Guerra Mundial*, as lutas operárias que se desenvolveram, em particular nos anos chamados de biênio vermelho (1919-1920), assustaram os líderes do movimento cooperativo que preferiram manter uma linha de colaboração entre capital e trabalho e com as feridas sociais profundas produzidas por este período, tal foi o sucesso do verbo cooperativo, para coincidir com as principais reivindicações dos trabalhadores e camponeses, que, no final de 1920, havia mais de quinze mil cooperativas: oito mil aderentes à Lega, cinco mil da Confederação e outras de 2.000 de classe rural.<sup>31</sup>

A partir de 1922, a expansão dos esquadrões fascistas ofensivos, apoiada por proprietários de terras, afetam particularmente as cooperativas de esquerda. Seu objetivo não era, no entanto, a aniquilação, mas um controle do movimento cooperativo para ser capaz de transformá-lo no sentido corporativo, como atesta a criação do *Ente Nazionale Fascista della Cooperazione*, em 1926. O fascismo tenta expulsar os traços de cooperação socialista e católico sociais da cooperação, ao passo que alguns dos líderes das mais prestigiadas cooperativas oferecem imediatamente à ditadura sua própria experiência de "técnico". O fascismo passa a usar, então, o instrumento associado edificando "[...] *una continuità ideologica con la passata cooperazione*"<sup>32</sup> e valorizando as orientações que visam a manter unidos os interesses dos trabalhadores e dos empregadores. A estabilidade de uma parte da liderança das cooperativas durante o fascismo favorece uma rápida reorganização do movimento no *secondo dopoguerra*.

No capítulo conturbado e contraditório das relações com o regime fascista entre 1925 e 1945, mesmo sendo as cooperativas controladas pelos Entes Nacionais Fascistas, o movimento não entrou em colapso e, em alguns casos, de acordo com Fabbri<sup>33</sup>, até mesmo floresceu, como por exemplo, os bancos rurais. Foi contínua a obra de reconstrução, de organização, de reestruturação do tecido cooperativo, a

---

<sup>31</sup> Dados obtidos de FABBRI, 2011, p. 10.

<sup>32</sup> SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 47.

<sup>33</sup> FABBRI, 2011, p. 10.

qual foi concluída durante a reconstrução do país, entre 1945 e os 1965. Na mesma linha de raciocínio, para Vera Zamagni<sup>34</sup>, o período fascista não produziu descontinuidade excessiva nas cooperativas com a criação em 1926 do Ente Nacional Fascista de Cooperação (*Ente Nazionale Fascista della Cooperazione*).

Não há dúvida; porém, que também favoreceu o crescimento do movimento em determinados setores (em especial no de consumo), enquanto que muitas vezes confiou a gestão das cooperativas para representantes do Partido fascista, nem sempre qualificada para gerenciá-los de forma eficiente. Com a queda do fascismo, por volta de 1945 e com término da segunda grande guerra, o movimento cooperativo passa a ser constituído por um enorme aparato variadamente articulado no território italiano, também porque, durante a Guerra Nacional de Libertação, partes das cooperativas formaram uma base para o movimento guerrilheiro italiano.

É nesse período, assim, que o movimento cooperativo acentua suas visões ideológicas, como queriam os partidos de esquerda (socialistas e comunistas) e o partido católico, os quais, da sua forma, procuravam controlá-lo e enquadrá-lo politicamente.

Disso e à frente de uma profunda e radical transformação na sociedade italiana, na direção de uma maior inclusão democrática e do nascimento de uma pluralidade de partidos políticos de vários modos, para articular e agregar interesses, resultou frustrada a tentativa de unificação das duas Centrais Cooperativas e em 1945 são reconstruídos a Liga Nacional de Cooperativas e mútuos (*Lega nazionale delle Cooperative e mutue*), mais rebatizada como Legacoop, de inspiração socialista e comunista e a Confederação Cooperativa Italiana (*Confederazione Cooperativa italiana - CCI*), então Confcoop, ligado ao movimento católico.

Os partidos políticos concederam ao movimento cooperativo o compromisso de serem uma ligação das suas ideias para com a sociedade em geral. Em um clima de euforia floresceram novas cooperativas e começaram a se instaurar parcerias

---

<sup>34</sup> ZAMAGNI, 2006, p. 3.

entre cooperativas em todo o país por meio de uma reorganização interna vertical para setores produtivos que visam a aproximação entre a dimensão econômica e social.<sup>35</sup>

Já em setembro de 1945, quando ocorreu o primeiro congresso da Liga Nacional das Cooperativas depois da guerra, os elementos de orientação liberal haviam sumido, fundando a União Italiana da Livre Cooperação (UILC). A democracia cristã tinha abertamente convidado o movimento cooperativo de inspiração católica para a Confederação Cooperativa Italiana (CCI). A continuidade e fatores econômicos do segundo “*doppoguerra*” e a construção, sobretudo no *Mezzogiorno*<sup>36</sup> aceleraram a reconstrução dos sujeitos econômicos cooperativos.

Nos anos de reconstrução pós-bélica, confirmada a estrutura do ordenamento criada pelo Estado Liberal, retirada a parte de clara inspiração fascista, vêm inseridos explicitamente referências à cooperação no direito constitucional e dentro de uma norma específica, a *Legge Basevi* (DLG 1577/47)<sup>37</sup>, em que se introduzem controles e garantias em um sistema misto de Estado e associações de categorias reconhecidas como o cooperativismo de cunho social com o “[...] *riconoscimento della funzione sociale della cooperazione avente carattere di mutualità e senza finalità di speculazione privata*”<sup>38</sup>, para os serviços sócio-sanitários, de educação e inserimento no mercado de trabalho para pessoas em desvantagem, tudo isso em perfeita harmonia com o disposto no recente texto constitucional italiano.

Nos anos 50, com uma maciça intervenção dos partidos políticos e do Estado republicano na gestão e organização do país, ao nascimento e desenvolvimento de numerosos institutos colaterais (também no campo econômico), a Itália passou a

---

<sup>35</sup> SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 48.

<sup>36</sup> O *mezzogiorno* indica, para fins sociais, econômicos e políticos, os estados do sul da Itália.

<sup>37</sup> Legge Basevi (DLG 1577/47) Decreto legislativo (DLGS) Cooperative Sociali Il Decreto Legislativo del Capo Provvisorio dello Stato 14 dicembre 1947, n. 1577 (più noto come “Legge Basevi”, dal nome di Alberto Basevi, figura storica del movimento cooperativo che si adoperò per il riconoscimento giuridico e costituzionale della cooperazione) è la legge che definisce (art. 26) la tipologia di società cooperativa rispondente al riconoscimento della “funzione sociale della cooperazione a carattere di mutualità e senza fini di speculazione privata”, contenuto nell’art. 45 della Costituzione. “. (Disponível em <http://www.vita.it/it/article/1947/12/14/legge-basevi-dlg-157747/92443/>. Acesso em 30 de junho de 2020.)

<sup>38</sup> ... reconhecimento da função social da cooperação sobre o caráter de reciprocidade e sem fins de exploração privada (tradução livre)

viver um processo de progressivo “enfeudamento político” das cooperativas (e também do Instituto Nacional de Crédito das Cooperativas), ao invés do reconhecimento da sua função de tutela da comunidade particular e de interesses.

Somente mais para o final dessa década é que as cooperativas começaram a se liberar gradualmente do associativismo operário fundado na contraposição de um sistema de empresa capitalista em favor de uma visão que visa a uma maior eficiência econômica. O objetivo dos dirigentes do Partido Comunista era promover a cooperação como "terceiro setor" da economia italiana, após as empresas públicas e privadas, passarem por processos de reorganização. As sociedades cooperativas, assim, tornam-se maiores e mais eficiente e algumas dessas "[...] *possono essere annoverate tra le maggiori imprese a livello nazionale, pur provocando non pochi problemi di coerenza rispetto all'originale scopo cooperativistico.*"<sup>39</sup>

O período após a Segunda Guerra Mundial até meados dos anos setenta é um momento de êxtase seja porque o desenvolvimento econômico italiano ocorre em produções e setores de alta intensidade de capitais, seja porque as cooperativas permanecem ancoradas numa visão de defesa das classes trabalhadoras, enquanto são atormentados por uma escassez de instrumentos financeiros (novos contratos, créditos ou mesmo patrimônio).

A crise política desse período propõe a um papel de composição do conflito cooperativo (chegando quase a atribuir um status de ator político ao movimento)<sup>40</sup>. Com um patrimônio de cerca de doze mil cooperativas e três milhões de sócios, o movimento cooperativo durante a reconstrução do pós-guerra<sup>41</sup> tinha realmente que estabelecer as novas bases, também porque o contexto econômico tinha mudado e o mercado italiano foi inserido no circuito mundial, as cooperativas passaram a se agrupar em centrais cooperativas e passaram a operar e ser administradas eficazmente quase como se empresas fossem.

---

<sup>39</sup> SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 48. Eles podem ser contados entre as principais empresas a nível nacional, causando muitos problemas de coerência em comparação ao propósito original (tradução livre)

<sup>40</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>41</sup> ZAMAGNI, 2006, p. 3.



A recém-promulgada Constituição italiana, elaborada em 1947, a qual entrou em vigor em 01 de janeiro de 1948, passou a reconhecer explicitamente a cooperação como digna de atenção especial no art. 45<sup>42</sup>, dando origem a uma série de leis que concretizou esse determinismo, tanto no âmbito administrativo quanto fiscal. O principal problema ilustrado nesse período foi o desenvolvimento da cooperação pós-guerra e o fato de que as conclusões do Ministério do Trabalho apenas consideraram o número de cooperativas ativas, sendo inexistentes dados sobre as cooperativas inativas ou irregulares, fato que leva a uma conclusão irreal do movimento.

A razão desse foco exclusivo no número de cooperativas foi dada por um subdesenvolvimento geral das estatísticas nos anos imediatamente pós-guerra, mas também pelo fato de que nenhuma cooperativa tinha dimensão suficiente para sugerir diferentes atenções.<sup>43</sup> Outrossim, até o censo de 1971, a cobertura das cooperativas por parte do *Istat (Istituto nazionale di statistica)*<sup>44</sup> é definitivamente insuficiente, fornecendo um total de empresas ainda menor do que o relatado pelas centrais cooperativas. Da mesma forma, as estatísticas fornecidas pelas Centrais, que excluem as cooperativas não filiadas, começam a ter alguma confiabilidade e significado somente a partir do final de 1970. Eles fornecem, além do número de cooperativas, o número de sócios, o faturamento e o patrimônio. Zamagni<sup>45</sup> destaca que mesmo esses números, no entanto, são dispersos e pouco está sendo feito para melhor processá-los, até que, em 2000, a *Unioncamere (Camere di Commercio d'Italia)* começou a oferecer uma melhor análise dos dados.

---

<sup>42</sup> Art. 45 La Repubblica riconosce la funzione sociale della cooperazione a carattere di mutualità e senza fini di speculazione privata. La legge ne promuove e favorisce l'incremento con i mezzi più idonei e ne assicura, con gli opportuni controlli, il carattere e le finalità. La legge provvede alla tutela e allo sviluppo dell'artigianato. (Constituição da República da Itália)

<sup>43</sup> ZAMAGNI, 2006, p. 4.

<sup>44</sup> L'Istituto nazionale di statistica è un ente di ricerca pubblico. Presente nel Paese dal 1926, è il principale produttore di statistica ufficiale a supporto dei cittadini e dei decisori pubblici. Opera in piena autonomia e in continua interazione con il mondo accademico e scientifico. Dal 1989 l'Istat svolge un ruolo di indirizzo, coordinamento, assistenza tecnica e formazione all'interno del Sistema statistico nazionale (Sistan). Del Sistan fanno parte l'Istat, gli uffici di statistica centrali e periferici delle amministrazioni dello Stato, degli enti locali e territoriali, delle Camere di Commercio, di altri enti e amministrazioni pubbliche, e altri enti e organismi pubblici di informazione statistica. (Disponível em <https://www.enea.it/it/segui/le-parole-dellenergia/glossario/parole/istat>. Acesso em 30 de junho de 2020)

<sup>45</sup> ZAMAGNI, 2006, p. 5.

Para Sacchetto<sup>46</sup> as lutas dos trabalhadores dos anos sessenta e setenta contrastam as formas cooperativas amplamente acusadas de praticar uma mera exploração da força de trabalho, enquanto a afirmação parlamentar dos partidos de esquerda garantira ao movimento cooperativo a consolidação a um nível político. A derrota dos trabalhadores no final dos anos setenta modifica com profundidade o sistema das cooperativas, que visa a enfrentar o mercado e abrir-se para a meritocracia para usar “vestes” novas, a fim de não serem penalizadas e deixar o campo livre à iniciativa privada.

Destaca-se que as duas décadas (meados dos anos sessenta até meados dos anos oitenta) marcaram a transformação final do perfil da sociedade cooperativa italiana, sem abandonar as formas de solidariedade inicialmente propostas. Para Fabbri<sup>47</sup>, a competência profissional qualificada, a entrega no prazo, a hegemonia indiscutível em determinados setores de produção, a prevalência competitiva nas principais áreas de emprego dos jovens, determinaram o sucesso de mercado das cooperativas e, sem emenda, registrou-se um aumento do número de parceiros e funcionários, um volume de negócios a aumentar a coerência e os ativos da sociedade.

Por fim, por Sacchetto<sup>48</sup> observa-se que durante os anos 80 a expansão do movimento cooperativo italiano ocupou grande lugar no setor de consumo, confirmando a lógica do menor preço. O mecanismo de contratação favorece a expansão dimensional, mas ao mesmo tempo causa um aumento no volume de negócios das cooperativas que se revezam nos serviços, a fim de acelerar o seu desenvolvimento, entre sócios e gerentes de cooperativas, as relações sociais mais rígidas marcadas pelo cumprimento de metas de produção.

Enquanto isso, a reorganização do movimento cooperativo ocorre por meio de três processos: 1) formação e autoformação dos gestores por meio de cursos

---

<sup>46</sup> SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 48.

<sup>47</sup> FABBRI, 2011, p. 12.

<sup>48</sup> SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 48-49.

especiais que acompanham sua experiência diária de campo; 2) a entrada de profissionais específicos que podem compensar a falta de conhecimento técnico interno; 3) uso de consultores externos para identificar e otimizar os mecanismos de negócios na direção de uma maior eficiência. O cooperativismo tornou-se, então, peculiar componente de desenvolvimento econômico na Itália, em aspiração a emancipação econômica de estratos sociais à margem do desenvolvimento.

### **3.2 Sociedade, política e cooperação na Itália atual**

Difícil pensar ou conhecer a Itália sem lembrar ou viver alguma experiência com o seu vivo e atuante cooperativismo, até porque esse país vê na cooperação uma inspiração e um valor cívico de emancipação e rebelião.

Por outro lado, mesmo atualmente, a teoria econômica cooperativa mostra, todavia, insegurança técnica, sendo uma forma comum e imperfeita de livre concorrência. Stefano Bragadin<sup>49</sup> defende que, na verdade, o princípio econômico cooperativo não é autônomo e alternativo, mas complementar ao mercado e mesmo quando há uma diferenciação no preço dos produtos vendidos na cooperativa de consumo, há, desse modo, um regime de livre concorrência.

Desde o início dos anos noventa, o papel da chamada "*cinghia di trasmissione*"<sup>50</sup> que os partidos políticos atribuíram às cooperativas é menor e as novas orientações políticas permitem ao movimento cooperativo o início de um processo, aparentemente irrefreável, de crescimento do ponto de vista patrimonial e dimensional. Saindo um pouco da teoria e, afirmando-se como sociedades reais, elas começam a formar sociedades anônimas e no mercado de ações, na linha de uma nova estratégia de negócios.

Nesse mesmo período, foi realizada uma transformação importante da estrutura organizacional, produtiva e financeira da Legacoop, tentando respeitar os

---

<sup>49</sup> BRAGADIN, 2005, p. 23.

<sup>50</sup> Tradução livre como "correia de transmissão". Expressão usada por SACCHETTO; SEMENZIN, 2014.

princípios fundadores da participação econômica e do controle democrático dos membros.

Entre 1991-2001, os benefícios fiscais e certa aprovação dos sindicatos permitiram uma expansão do movimento cooperativo: o número de cooperativas aumentou cerca de 50%, enquanto o emprego aumentou 41% em comparação com uma média de 7,8% geral da Itália. Em 2001, as cooperativas eram 1,2% das empresas ativas e empregavam 5% dos empregados<sup>51</sup>.

Observa-se, assim que a expansão do tamanho das cooperativas católicas e de esquerda modifica também as relações com os partidos políticos e os sindicatos de referência, que, desde então, atravessavam uma grande crise. As relações entre sindicato, movimento cooperativo e partidos políticos nunca foram lineares nem pacíficas. Se até os anos setenta o movimento cooperativo suportou a pressão vinda dos partidos, a fim de obter uma legislação favorável, nesse período sucessivo a relação de interdependência e condicionamento mútuo tornou-se restrita aos líderes das principais funções.<sup>52</sup>

A leitura que se faz é que contrariando a estagnação da economia italiana, a criação de novas cooperativas parece em níveis incomparáveis já que entre 2001 e 2011 o número de cooperativas aumentou em mais de 14%, chegando ao final do período em quase oitenta mil unidades, assegurando a manutenção dos níveis de emprego, já que se observa que no mesmo período, a força de trabalho ocupada nas cooperativas, incluindo os não sócios, era de 1,3 milhões de pessoas, o que representa 7,2% de todos os empregados totais na Itália.<sup>53</sup>

Conforme Sacchetto e Semenzin, “[...] *L’imprenditorializzazione delle cooperative garantisce il loro sviluppo, che coincide con il passaggio dalla piccola alla media-grande dimensione [...]*”<sup>54</sup>. Na organização do movimento cooperativo, começa a assumir uma

---

<sup>51</sup> SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 50.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 51; CENSIS (ed), Primo rapporto sulla cooperazione in Italia, p. 7-9.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 50; CENSIS (ed), Primo rapporto sulla cooperazione in Italia, Roma, Censis, 2012, p.11.... O empreendedorismo das cooperativas garante o seu desenvolvimento, o que coincide com a transição de pequeno a médio- grande porte (tradução livre)

importância crescente na forma de "grupo cooperativo", que inclui a participação mista de cooperativas e empresas tradicionais.

Em 2011, após um longo período de uma espécie de "divisão" no movimento cooperativo no país, as três centrais do movimento, a Legacoop, de inspiração sócio-comunista, a Confcooperative, de derivação católica e a Agci, de ideais liberais e republicanos, se reuniram na Aliança das Cooperativas italianas (*Alleanza delle Cooperative Italiane*), uma vez que registros mostram que no ano de 2010 faturaram cerca de 140 bilhões de euros.<sup>55</sup>

De acordo com Fabbri e Sacchetto, hoje as sociedades cooperativas representam cerca de 7% do PIB italiano. Ademais, são mais de um milhão e cem mil funcionários, doze milhões de membros e em posições de excelência em vários setores da economia nacional. No entanto, olhar para o passado, para as suas raízes, com os ideais de uma época cooperativa, não deve ser um mero exercício filosófico ou comercial.

A leitura de sua história pode demonstrar principalmente como uma oportunidade para melhorar o momento mais feliz da sociabilidade, de orgulho no seu trabalho, autonomia e democracia econômica: basta pensar que hoje, na Itália, mais de duzentas são cooperativas nascidas há mais de um século, mas ainda em funcionamento.

O mérito dos resultados, com o tempo, leva ao compromisso de gerações de membros e trabalhadores que dedicaram sua inteligência e suas habilidades na construção de uma ferramenta disponível a todos aqueles que necessitam e mantêm com uma assunção de responsabilidade e compromisso compartilhado<sup>56</sup>. O governo do país, por seu turno, tem fomentado o desenvolvimento de cooperativas financeiras que, por sua vez, investem em novas cooperativas de trabalhadores, já

---

<sup>55</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>56</sup> FABBRI, 2011, p. 13.

que a contribuição estatal consiste em pagar subvenções médias de desemprego às pessoas interessadas durante um período de três anos.

Outrossim, o que se observou ainda foi que a estrutura do movimento cooperativo italiano não só parece enfrentar a crise econômica internacional, mas também colher os benefícios. A partir desse ponto de vista, Giuliano Poletti, ex-presidente da Legacoop e ex-ministro do Trabalho, afirmou que a cooperação “[...] *rappresenta una risorsa per uscire dalla crisi e un modello di impresa sul quale puntare per un rilancio dell’economia del paese*”<sup>57</sup>.

Observa-se, assim, que a capacidade de expansão do movimento cooperativo no decorrer dos últimos anos está relacionada a vários fatores, incluindo, sem dúvida, algumas medidas legislativas e a capacidade de comprimir suas condições de trabalho<sup>58</sup>.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Da necessária cooperação partiu-se para o movimento cooperativista. E neste caso, em particular para o italiano.

Cooperar não é apenas dar vida a uma forma especial de empreendimento econômico ou numa determinada relação social, seja ela uma sociedade cooperativa ou em outra atividade econômica, mas acima de tudo significa participar ativamente na criação do substrato das relações, condições essas que tornam possível o comprometimento entre as pessoas, o mercado e as externalidades positivas.

A evidência histórica cooperativa se iniciou e teve sua disseminação em um tempo relativamente recente, ao se comparar com a própria cooperação, já até que por motivo de sobrevivência, desde primórdios da evolução social, os seres humanos

---

<sup>57</sup> Poletti citado por SACCHETTO; SEMENZIN, 2014, p. 49.... Representa um recurso para sair da crise e um modelo de negócio no qual aponta para uma revitalização da economia do país. (tradução livre)

<sup>58</sup> Ibidem, p. 49.

cooperavam ao se agruparem para suprir suas necessidades básicas, principalmente no que diz respeito à alimentação, à defesa e à perpetuação das espécies, mas também na reciprocidade de seu trabalho e no esforço conjunto de que suas ações pudessem realizar e concretizar seus propósitos e objetivos<sup>59</sup>.

Eram as mais variadas formas de entreatajuda voluntária, de forças e de relações de produção. A cooperação primitiva estava muito mais relacionada a um meio socialmente mais igualitário, ligados à sobrevivência e subsistência coletiva, implicando, assim, inicialmente na ausência de uma classe dominante. Por óbvio, claro, com o passar do tempo, a dinâmica social fez com que a própria cooperação também passasse por um processo de hierarquização e definição de poderes ou dominações, exprimindo a emergência de desigualdade social “[...] viabilizada e materializada pela apropriação privada sobre o produto social gerado pelo trabalho coletivo”<sup>60</sup>.

Assim, a partir do estudo do movimento cooperativo em si, verificou-se a necessidade de contextualizar a raiz do próprio fenômeno, em especial na Itália, traçando uma linha de desenvolvimento da entrada do movimento cooperativo no seu cenário econômico, trazendo aspectos fundante e relevantes neste quadro.

Neste sentido, observou-se que no século XVIII, com a Revolução Industrial, o Estado passou a controlar o avanço do capitalismo moderno, ocasião em que ocorreu um crescimento acirrado da classe proletária, sujeita ao controle e às condições de trabalho impostos pelos capitalistas. Os trabalhadores, por seu turno, passaram a se agrupar em prol da solidariedade e ajuda mútua e descobriram que, conservando a propriedade privada, sem intervenção direta do Estado na ordem econômica, seria possível obter melhores condições de vida econômica por meio da cooperação entre eles.

---

<sup>59</sup> BENATO, 2002, p. 01.

<sup>60</sup> IBIDEM, p. 21.

As primeiras iniciativas em cooperativas na Europa, mais especificamente, já demonstravam que a ajuda mútua, a solidariedade e a cooperação estabeleciam-se como idealizadores para a superação de efeitos devastadores da crise econômica, aumento de preços e diminuição de postos de trabalho. Foi exatamente isso o que ocorreu em 1844, em Rochdale, quando alguns tecelões, uniram-se e criaram a primeira verdadeira cooperativa de consumo moderna cuja finalidade era fornecer aos integrantes as necessidades básicas a preços não onerados, buscando melhorar sua precária situação econômica, com a contribuição financeira mensal de todos. Era a solidariedade sendo implementada no lugar no assistencialismo.

Na Itália, diferentemente do que ocorreu com o restante da Europa, o movimento já nasceu com uma multiplicidade de inspirações ideológicas e com uma cooperação reativa, como uma espécie de autodefesa. As cooperativas eram uma forma de desenvolver uma sociedade de produtores livres, buscando superar, assim, as contradições entre capital e trabalho e a cooperação, um princípio geral de organização social a ser desenvolvido antes de qualquer outra iniciativa, o qual serviria para emancipação dos trabalhadores.

Partiu-se do final do século XVIII, desde a realidade estabelecida na Inglaterra pela Revolução Industrial e a forma diversa como o movimento foi incorporado na Itália, verificando em todas as suas fases, a passagem de uma cooperação reativa a uma interatividade nacional e diversas respostas aditivas a dinâmica dos mercados, o papel do Estado e dos participantes políticos na origem e desenvolvimento de seu movimento.

Desta forma, o movimento cooperativo italiano vê a luz para um desastre social e econômico para as classes populares e as primeiras cooperativas, surgem como ferramentas de autodefesa, não só contra os empregadores, mas também para negar o processo emigratório.



Os primeiros anos do século XX e até a Primeira Guerra Mundial marcaram o renascimento do movimento cooperativo italiano em razão, especialmente às mudanças políticas que visavam devolver processos constitucionais do proletariado e democratizar as estruturas de poder político italiano e à legislação que se mostrava cada vez mais favorável. A prosperidade italiana do período beneficiou também o próprio movimento cooperativo, o qual apresentou um crescimento considerável.

Com o final do primeiro grande conflito bélico, a partir de 1922 houve a expansão dos esquadrões fascistas ofensivos, apoiada por proprietários de terras, afetando particularmente as cooperativas de esquerda e seu objetivo não era a aniquilação, mas um controle do movimento cooperativo para ser capaz de transformá-lo no sentido corporativo. Mesmo num período delicado da história, entre 1925 e 1945<sup>61</sup>, as cooperativas eram controladas pelos Entes Nacionais Fascistas, mas o movimento não colapsou, tendo em alguns casos, inclusive, florescido, como ocorreu com as cooperativas de crédito.

Destaca-se, outrossim, que no período fascista, mesmo com todas as suas contradições, não houve descontinuidade excessiva nas cooperativas e sua durabilidade foi essencial para manutenção e importância atual no movimento naquele país. Em 1948, a nova Constituição Italiana, inaugurando uma tendência de outros países mundo a fora, reconheceu a função social da cooperação, dando a ela seu merecido destaque em patamar constitucional. Ela foi e ainda é uma inspiração e um valor cívico de emancipação.

O período de reconstrução italiana notou-se também a reconstrução, organização e reestruturação do tecido cooperativo e no final da década de 50 observou-se que as cooperativas italianas começaram a se liberar gradualmente do

---

<sup>61</sup> FABBRI, 2011, p. 10.

associativismo operário fundado na contraposição de um sistema de empresa capitalista em favor de uma visão que visa a uma maior eficiência econômica.

Assim, até meados dos anos setenta é um momento de êxtase seja porque o desenvolvimento econômico italiano ocorre em produções e setores de alta intensidade de capitais, seja porque as cooperativas permanecem ancoradas numa visão de defesa das classes trabalhadoras, enquanto são atormentados por uma escassez de instrumentos financeiros.

Difícil pensar ou conhecer a Itália sem lembrar ou viver alguma experiência com o seu vivo e atuante cooperativismo, até porque esse país vê na cooperação uma inspiração e um valor cívico de emancipação e rebelião.

Essa experiência cooperativa serviu como o marco do moderno cooperativismo, momento em que o movimento de fato passou a fazer parte e influenciar a economia mundial.

Por outro lado, as reflexões sobre o movimento cooperativista italiano do século XIX foram de alto nível, tanto que, para justificar o objeto central proposto por esse trabalho, justificou-se a verificação do percurso histórico desde o chamado *ottocento* até os dias atuais.

Foi justamente após o estudo sobre o cooperativismo italiano é que se tornou latente e necessária à proposta de uma retomada da própria estrutura da cooperação, sua teoria, com aspectos além de sociais, econômicos e políticos.

É interessante notar que essa não era a perspectiva de discurso sobre a cooperação dos economistas da escola clássica. Em vez de ver a cooperativa como um remédio para um "fracasso" de uma forma específica de empresa capitalista,

autores como Adam Smith e italianos, Giuseppe Mazzini e Luigi Luzzatti viram o cooperativismo como a regra e não como exceção.

Na mesma linha de raciocínio, afirma-se que a sociedade seria impossível sem um mínimo de esforço cooperativo, principalmente para mantê-la. Da mesma forma ocorre com economia.

## 5. REFERÊNCIAS

BENATO, João Vitorino Azolin. O ABC do Cooperativismo. 2.ed. São Paulo: ICA- OCESP, junho de 1995.

BONFANTE, Guido; CIUFFOLETTI, Zeffiro; INNOCENTI, Maurizio; SAPELLI, Giulio. Il movimento cooperativo in Italia. Storia e problemi. Torino, Itália: Einaudi, 1981.

BRAGADIN, Stefano Monti (Org.). Imprese e cooperative a confronto: regime differenziati e implicazioni sul mercato. Genova, Itália: Lindau, 2005.

Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti iniziata dall'Istituto Giovanni Treccani. Fascismo. Disponível em: <http://www.treccani.it/enciclopedia/fascismo/>. Acesso em: 30 de jun. de 2020.

ENEA. Agenzia nazionale per le nuove tecnologie, l'energia e lo sviluppo economico sostenibile. Istat. Disponível em <https://www.enea.it/it/seguici/le-parole-dellenergia/glossario/parole/istat> . Acesso em: 30 de jun de 2020.

FABBRI, Fabio. L'Itália cooperativa. Centocinquant'anni di sorria e di memoria. 1861-2011. Roma, Itália: Ediesse, 2011.

FRAU, Mario. La Coop non sei tu. La mutazione genética dele coop: dal solidarismo alle scalate bancarie. Firenze, Itália: Riuniti, 2010.

FURQUIM, Maria Cecília de Araújo. A cooperativa como alternativa de trabalho. São Paulo: LTR, 2001.

MENZANI, Tito. Il movimento cooperativo fra le due guerre. Roma, Itália: Carocci, 2009.

NAMORADO, Rui. O mistério do Cooperativismo. Coimbra: Almedina, 2013.

NAMORADO, Rui. Os princípios cooperativos. Coimbra: Fora do Livro, 1995.

Rivista Vita International. Legge Basevi (DLG 1577/47). Disponível em <http://www.vita.it/it/article/1947/12/14/legge-basevi-dlg-157747/92443/>. Acesso em: 30 de jun. de 2020.

SACCHETTO, Devi; SEMENZIN, Marco. Storia e struttura della costituzione d'impresa cooperativa. Mutamenti politici di un rapporto sociale. Pádova, Itália: SCIENZA & POLITICA, vol. XXVI, no. 50, 2014, pp. 43-62.

SHAFFER, Jack. Historical Dictionary of the Cooperative Movement. London: The Scarecrow, 1999.

VELLA, Maria. Oltre il motivo del profitto. Storia, economia, gestione e finanza delle imprese cooperative italiane. Siena, Itália: Maggioli, 2010.

ZAMAGNI, Stefano. ZAMAGNI, Vera. La Cooperazione. Bologna, Itália: Il Mulino, 2008.

ZAMAGNI, Vera. L'Impresa cooperativa italiana: dalla marginalità alla fioritura. Bologna, Itália: Unisiversità di Bologna, 2006. Disponível em: [www2.dse.unibo.it/negri/ricerca/IMPRESA%20COOPERATIVA%20ITALIANA.pdf](http://www2.dse.unibo.it/negri/ricerca/IMPRESA%20COOPERATIVA%20ITALIANA.pdf). Acesso em: 26 nov 2019.1

